

**Para entender o “Fenômeno Carter”:
culturas políticas, governo e partido num contexto de crise**

PEDRO PORTOCARRERO PINHEIRO*

Escolha do tema

Esta pesquisa, cujo início ainda é recente, nasceu de um interesse casual a respeito de um período pouco tratado da história americana. Após dois anos de trabalho com a Prof. Cecília Azevedo, que posteriormente veio a ser minha orientadora, eu havia adquirido familiaridade com o estudo das culturas políticas americanas que de algum modo possam ser consideradas liberais ou de esquerda. A escolha deste objeto de estudo tem como objetivo quebrar a noção de que os EUA são um país em que existe uma espécie de consenso conservador na política, que seria um país essencialmente de direita, e outros lugares comuns impossíveis de acontecer num país com uma sociedade civil tão complexa. Acreditamos que estas visões, reproduzidas inclusive por muitos autores sérios, não passa de um estereótipo a ser desconstruído. E a melhor maneira de fazê-lo é lançando olhar a essas vozes dissidentes, reconstituindo suas trajetórias e inserindo-as no contexto maior das lutas políticas nos EUA.

No momento da eleição do tema de monografia, surgiu a necessidade de abordar um tema que fosse original, ainda a ser explorado, e que de alguma forma se relacionasse com a trajetória de nossos antigos projetos de pesquisa.

Então, subitamente me ocorreu que não havia lido nada até então, em termos de produção historiográfica, a respeito do governo de Jimmy Carter (1977-1981). Normalmente, o estudo deste período está mais confinado à economia, em função das crises econômicas pelas quais os EUA e o mundo passaram na década de 70. Já as abordagens de história política normalmente se interessam pelas articulações daqueles cujo projeto triunfaria justamente ao final do Governo Carter: a Nova Direita, a *Silent Majority*, o neoliberalismo. Pensei que, quanto às movimentações profundas da esquerda e do liberalismo americano, ainda havia o que pesquisar. Como estas pessoas reagiram à falência do chamado Pacto ou Era do New Deal? Que alternativas elas articularam, que projetos foram derrotados pela ascensão avassaladora de Ronald

* Aluno de Mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF e Bolsista pelo CNPq.

Reagan? Por que estes projetos foram derrotados, afinal? E como se construiu a imagem, na opinião pública americana, do Governo Carter como um “fracasso”, imagem que uma pequena produção historiográfica nos EUA já procura ao menos matizar?

Deste modo, escolhido o tema, pensei que ele me permitiria compreender melhor:

- 1) As transformações pelas quais passaram os EUA nos anos 70, através de uma perspectiva original do início da Era Reagan e a ascensão do neoliberalismo.
- 2) O funcionamento do sistema político americano num período de crise, particularmente do Partido Democrata, a partir das contradições expostas pela Convenção de 1968 (penso que os momentos de crise, transição e mudança de regras são os melhores momentos a se estudar quando se quer compreender o funcionamento de um sistema ou organismo);
- 3) Os dilemas da governabilidade, os problemas que se colocam numa relação entre Estado, movimentos sociais e partido político, em especial numa era de escassez de recursos e efervescência social;
- 4) As relações entre culturas políticas e as transformações econômicas, apenas sugeridas por Berstein em seu artigo seminal (BERSTEIN, 1998), porém ainda pouco exploradas nesta nova linha de pesquisas na história política.

Assim, decidi chamar meu objeto de estudo de “Fenômeno Carter”. Por “Fenômeno Carter”, entendemos:

a) A rápida e inesperada ascensão de um político local (Jimmy Carter), oriundo de um estado do Sul dos EUA (Georgia), dentro da estrutura nacional do Partido Democrata; sua subsequente escolha como candidato à presidência pelo Partido Democrata;

b) Sua vitória nas eleições presidenciais, tornando-se o primeiro presidente oriundo do Deep South desde Zachary Taylor, que assumiu em 1849;

c) Os quatro anos de governo Democrata de 1977 a 1981: a montagem do gabinete, o equilíbrio entre diferentes culturas políticas do Partido Democrata na composição da administração, a relação de ambas as culturas com especialistas na área de política fiscal e monetária, com uma atuação cerceadora de recursos necessários para a condução de projetos vistos como fundamentais por pelos atores ligados a essas culturas políticas; a relação de Carter com o Congresso, um foco notável de resistência à forma de fazer política proposta pela Casa Branca; os sucessos e fracassos obtidos na agenda política proposta por Carter; sua derrota nas eleições de 1980 para Ronald Reagan.

Deste modo, há algo de inesperado ou até de improvável que justifica o interesse no objeto, enfatizado pela palavra “Fenômeno”: o fato de Carter não ter experiência anterior em Washington, ser um político do chamado Deep South com tendências liberais em matéria social, particularmente racial, ter tido rápida ascensão dentro da estrutura partidária, ganhando momentum durante as primárias e tornando-se rapidamente conhecido nacionalmente, sua vitória nas eleições presidenciais e o processo de degradação rápida das condições de governabilidade ao longo de seu mandato.

Posto isso, quais os elementos a serem levados em consideração na construção de uma interpretação sobre o Fenômeno Carter?

Em relação à ascensão de Carter dentro do partido e sua eleição: o processo de nacionalização progressiva do Partido Democrata a partir de 1968, anteriormente pouco mais que uma federação de comitês estaduais, particularmente no que se refere ao Sul; a dinâmica de escolha dos candidatos à presidência e as rápidas mudanças no sistema político americano no que se refere a reformas eleitorais (intra e extrapartidárias), financiamento e tecnologia de comunicação; o papel do eventual e do estratégico nas campanhas políticas (a importância de Watergate e o Vietnã para decidir a eleição; as escolhas estratégicas da campanha de Carter a partir das transformações elencadas acima); o processo de fratura interna do Partido Democrata nas Convenções de 1968 e 1972 e sua relação com as transformações sociais mais abrangentes nos EUA.

Em relação ao Governo Carter propriamente dito: a necessidade de Carter de contemplar as duas culturas políticas principais do Partido Democrata à época (quais sejam, a antiga estrutura do movimento sindical e os novos movimentos sociais,

identitários, cuja ascensão se deu a partir de 1968) na montagem de seu projeto de governo, no estabelecimento das propostas, na ocupação de cargos no governo e no processo de *policy-making*; os conflitos de ambas as culturas políticas com especialistas conservadores em matéria de política fiscal e monetária no governo; o estilo pessoal de Carter, sua trajetória pregressa e sua filiação a uma possível cultura política populista do Sul, descolada do contexto político nacional do Partido Democrata à época; a relação de Carter com o Congresso e sua visão a respeito da política como realização do bem comum, e a do presidente como uma figura que deve pairar acima dos grupos de interesse, relacionando-se diretamente com o povo; as determinações impostas pelo contexto econômico da época, que impuseram dificuldades orçamentárias aos projetos do governo e prejudicaram seu desempenho econômico.

Em função de nossos objetivos, procuramos enfatizar a política interna dos EUA no período. A política externa também será levada em consideração, particularmente os fenômenos mais marcantes (que, para o Governo Carter, são muitos). No entanto, não se constituem na preocupação maior de nosso trabalho. Até porque a dinâmica do *policy-making* na área de relações internacionais é sensivelmente distinta do jogo político da formulação de políticas internas, particularmente as políticas sociais: há um peso desproporcional de especialistas e *think tanks* na política externa, para além do fato de que política interna e política externa possuem uma certa imbricação (o exemplo mais marcante do período certamente é a Guerra do Vietnã. Sobre a indissociabilidade de ambos, v. MILZA (2003).

Esta relação entre políticos-militantes-especialistas é particularmente rica no âmbito da política econômica, principalmente quando se sabe que Carter, progressivamente, foi se cercando de assessores técnicos de orientação monetarista, defensores de políticas fiscais restritivas. Num período de crise econômica e inflação, a relação com as demandas dos movimentos sociais (verbas, políticas anticíclicas, aumento de gastos, combate ao desemprego) torna-se explosiva, e é preciso costurar os apoios políticos cuidadosamente de modo a conduzir a nave estatal no meio da tempestade. Uma de nossas intenções é instigar no leitor/ouvinte a reflexão sobre se Carter conseguiu ou não; caso não tenha conseguido, se falhou por inabilidade ou por determinações que estavam além de seu controle, e quem foram os atores sociais e políticos que participaram deste processo conflituoso.

Diálogos com a bibliografia

Mesmo nos EUA, a bibliografia sobre o Governo Carter não é muito vasta. O esforço de revisão historiográfica do tema data de aproximadamente 1989-1990. Para além destas obras, os esforços para entender as transformações do período parecem se galvanizar mais para Reagan e o neoliberalismo do que para Carter e o liberalismo em crise.

Além da bibliografia secundária, há um outro tipo de literatura que habita a fronteira entre fontes primárias e bibliografia: os relatos e análises de jornalistas e cronistas que acompanharam os eventos, p. ex., as convenções partidárias. Escritas no calor do momento ou um ou dois anos depois, costumam trazer graus variados de análise sobre os acontecimentos políticos. Como os partidos americanos não costumam manter arquivos bem definidos com documentação sobre seus processos de escolha interna, a importância dos relatos, crônicas e entrevistas (de autores conhecidos como Theodore White, Jules Witcover e Norman Mailer) é amplificada.

Para a realização de minha monografia, no primeiro semestre de 2010, foram ainda adicionados as biografias e memórias de Carter antes e após a presidência (*Why not the best?* e *Keeping Faith*) e discursos políticos compilados sobre temas que nos foram sugeridos pela bibliografia.

Assim, a monografia foi uma espécie de prospecção na documentação disponível e na bibliografia, para se definir um norte para futuras pesquisas, como a que está em curso neste momento, que desembocará numa dissertação de mestrado em História pela UFF.

Escolha da abordagem

Tendo contato com a bibliografia sobre o sistema político-partidário americano, bem como a documentação disponível sobre o tema, logo constatamos que não seria possível compreender o que ocorreu no Partido Democrata em 1976 sem retroceder ao início de um processo de profundas transformações que se iniciou em 1968.

A convenção de 1968 abriu, para todo o país, as fraturas entre diferentes setores do liberalismo democrata; naquele momento, um assunto se sobrepôs às antigas tensões raciais e políticas que costumavam dar a tônica dos debates: este assunto era a guerra do Vietnã. O Partido vinha sendo progressivamente ocupado por novos movimentos de contestação surgidos nos anos 50 e 60: étnicos, estudantil, socialista, feminista, *hippies*,

e todos estes movimentos formaram uma frente comum contra a guerra. Pode-se seguramente afirmar que todos estes grupos, dentro e fora do partido, aderiram à causa pacifista. Já o movimento sindical, os *blue collar workers* e chefes de oligarquias locais dividiam-se, ou simplesmente se furtavam de encarar de frente o assunto.

Além dos protestos crescentes contra a guerra, 1968 também é um ano de crescente agitação nos guetos negros de grandes cidades, inclusive Washington DC. Deste modo, enquanto Hubert Humphrey, vice de Johnson e apoiado pela máquina do partido era escolhido candidato a presidente, vencendo a candidatura de Gene McCarthy, manifestantes eram espancados pela polícia de Chicago, cidade onde se realizou a convenção e que era governada pela famigerada figura de Richard J. Daley, ou simplesmente Mayor Daley. Daley controlava a máquina política de Chicago, e seu apoio era fundamental para o candidato que desejasse um bom desempenho em Illinois, particularmente entre os chamados *ethnic blue-collars*. Tendo a convenção se realizado num clima de tumulto e protestos dentro e fora do International Amphitheater, as imagens da polícia atacando os manifestantes atestaram que as tensões crescentes da sociedade americana haviam afetado o partido de maneira irremediável. Paralelamente a isto, deve-se destacar o sucesso moderado de George Wallace, segregacionista do Alabama, que lançou candidatura própria e conseguiu agrupar em torno de si forças políticas descontentes com os avanços dentro do Partido Democrata, até então uma colcha de retalhos de diretórios estaduais, congregando desde participantes do movimento de direitos civis até racistas do Sul. O sucesso de Wallace pode ser considerado um momento crucial na ascensão da *Silent Majority*, bem como um sinal da crise do sistema bipartidário americano, ou ao menos dos referenciais ideológicos tradicionais, reconhecidos coletivamente pelo conjunto dos eleitores, que procuravam progressivamente uma terceira força que fosse capaz de ir além do jogo estabelecido pelo bipartidarismo e as diretrizes de gestão do Estado e das questões sociais firmadas a partir de Franklin Roosevelt.

As mesmas contradições internas do partido aflorarão ainda mais fortemente nas primárias de 1972. Após um processo de reforma interna do partido, foram propostas (e aprovadas) várias mudanças que procuraram incorporar a nova militância na política intrapartidária:

- a) Instauração de cotas para mulheres, negros e pessoas abaixo de 30 anos; qualquer delegação que não atendesse a proporção mínima, de acordo com percentuais extraídos do conjunto da população de um estado, poderia ser questionada e considerada excluída da convenção;
- b) Apontamento automático de delegados por chefes estaduais do partido estava proibido; 75% dos delegados teriam de ser escolhidos por primárias.
- c) Os candidatos teriam de entrar em ao menos um terço das primárias para que sua candidatura seja considerada apresentável na convenção nacional;
- d) Foram proibidas manifestações políticas dentro da convenção;
- e) Todos os *meetings* partidários tinham de ocorrer de forma aberta.

Estas medidas tiveram dois efeitos fundamentais: tornar finalmente o Partido uma organização nacional, em que mesmo os eventos locais ou estaduais de alguma forma se reportassem ao conjunto; assimilar, em termos de poder político, o crescimento do grupo de militantes que se convencionou chamar de *grassroots*: os novos militantes, que não tinham ligação a priori com as antigas máquinas partidárias.

Não por acaso, estas mudanças enfrentaram grande resistência de dois grupos: alguns partidos estaduais, particularmente do Sul; e o movimento sindical ligado ao Partido Democrata (o AFL-CIO).

A disputa de 1972 levaria ao clímax as contradições internas do partido. Após um desempenho surpreendente nas primárias, deixando pelo caminho candidatos fortes como Henry Jackson, George Wallace, Ed Muskie, e, finalmente, Hubert Humphrey, George McGovern faturou a nomeação para a corrida presidencial. A principal força política de McGovern foram justamente os chamados *grassroot militants*, particularmente os grupos especiais privilegiados pelas reformas partidárias. A vitória, no entanto, saiu por um alto custo: os ataques sofridos durante a campanha por McGovern, a respeito de seu excessivo liberalismo foram reproduzidas *in totum* pela campanha de Nixon. Foi criação de Humphrey, por exemplo, a acusação a McGovern de que ele defenderia os 3 A's (*acid, abortion and amnesty*). As máquinas locais, bem como o movimento sindical, recusaram-se a apoiar McGovern; somente o fizeram nas

últimas semanas da campanha, quando já era tarde demais; e, mesmo assim, sem empreender muito esforço. De fato, a campanha de McGovern foi prejudicada por eventos particulares (como, por exemplo, a revelação de que sua primeira escolha para vice, o Senador Thomas Eagleton, já havia sido internado para tratamento psicológico, inclusive com o uso de eletrochoques), bem como por uma tendência geral conservadora do eleitorado de reagir contra ideias polêmicas de McGovern, como por exemplo o apoio ao programa de *forced busing* (que visava alocar crianças em escolas públicas longe de seus distritos de modo a integrá-las racialmente). McGovern sofreu uma derrota acachapante: perdeu em todos os estados do colégio eleitoral, menos dois: Massachusetts e Washington DC. O fracasso da candidatura McGovern selou o momento de máxima desagregação interna do partido, e venceria as primárias de 1976 o candidato que melhor pudesse agregar as diferentes correntes partidárias em torno de um único projeto.

Olhando retrospectivamente para o contexto acima, elaboramos a hipótese de que a conjuntura de 1976 era bastante favorável à aparição um *outsider* tipo Carter como um candidato forte:

- 1) Transformações internas e abruptas do Partido Democrata que enfraqueceram o poder das velhas oligarquias, diluindo as instâncias de poder decisório dentro do partido e valorizando a atuação dos chamados *grassroots militants*.
- 2) Carter tinha apoio tanto da velha guarda do partido, incluindo movimento sindical (recebeu o apoio da UAW durante as prévias e, alguns dias depois da sua nomeação pelo partido, do AFL-CIO); (HAAS, 1992, p. 39) ao mesmo tempo, tinha apoio dos novos movimentos sociais, inclusive o feminista,¹ bem como a bênção de importantes lideranças do movimento negro: Martin Luther King, Sr. e Andrew Young.
- 3) Carter procurava, frequentemente, um meio-termo em assuntos polêmicos: era contra o *forced busing*, mas dizia não querer fazer disto um ponto da campanha; era contra o aborto, mas contra uma emenda federal à Constituição para bani-lo.

¹ A despeito de ser contra o aborto, Carter também era contra uma proposta de banimento do mesmo por lei federal ou emenda constitucional. No que concerne ao *Equal Rights Amendment*, este tinha apoio irrestrito do candidato.

4) A desistência de Ted Kennedy, candidato preferido e escolha natural do Partido, por motivos de ordem pessoal (doença da esposa, medo da família frente à possibilidade de assassinato, envolvimento no chamado escândalo de Chappaquiddick.

5) A quase garantia de que um candidato democrata seria vencedor das eleições de 1976 em função do escândalo de Watergate e o fracasso no Vietnã.

6) A rejeição geral dos eleitores a candidatos vistos como excessivamente ligados ao *establishment* e à política praticada em Washington.

É preciso que se diga que, para além das razões circunstanciais que favoreciam a ascensão de um candidato como Carter, o comitê de campanha do referido candidato foi capaz de compreender estas condições e elaborar uma estratégia condizente com as novas condições de competição. Essa estratégia foi narrada por um assessor de Carter a um jornalista que cobriu a corrida eleitoral de 1976:

- a) Demonstrar nas primeiras primárias a força como candidato. Isto significa uma demonstração surpreendente em New Hampshire e uma vitória na Florida;
- b) Estabelecer que não se trata de uma candidatura regional vencendo primárias iniciais em estados médios, como Rhode Island e Wisconsin;
- c) Escolher um dos estados industriais e tradicionalmente democratas de uma primária inicial para confrontar todos os principais oponentes e estabelecer-se como um candidato importante. Pennsylvania e Ohio seriam boas escolhas;
- d) Demonstrar força e consistência em todas as primárias que entrar. (WITCOVER, 1977, p. 114-115)

De fato, em virtude do número de candidatos no campo liberal do partido, era preciso fazer as escolhas corretas para se diferenciar dos colegas, e despontar, por algum motivo, como um candidato forte. A ausência de Ted Kennedy na disputa deixou um vácuo a ser ocupado pelos outros candidatos.

De maneira geral, Carter conseguiu cumprir os objetivos acima; além disso, procurou oferecer-se como uma alternativa a Wallace (o saco de pancadas predileto de

todos os candidatos, a despeito de suas chances ínfimas de conquistar a indicação. Ambos eram oriundos do chamado *Deep South*. Criticando as posturas conservadoras de Wallace, procurou se colocar como representante de um *New South*, tolerante e progressista, onde não havia lugar para segregação racial. Objetivamente, Carter definiu que esta opção teria de ser consagrada nas primárias da Florida, em que Wallace teria grandes chances de vencer. Carter alcançou este objetivo. Enquanto o lema das candidaturas de Wallace era “Send them a message”, Carter sugeria “Send them a president”.

Carter facilmente obteve o número de delegados para assegurar a indicação. A convenção foi, portanto, preparada para se converter num ritual de unificação do partido. Segundo George McGovern, protagonista do “racha” de 1972:

Eight years ago, some Democrats had doubts about Hubert Humphrey. And they gave us Nixon's first four years of war and domestic strife. Four years ago, some Democrats had doubts about me – and we got Nixon again. To repeat that sort of folly would be unconscionable. So let us unite around our candidate and retire the Republicans from the White House. (WITCOVER, 1977, p. 366-367)

No entanto, apesar de ter sido escolhido como o candidato mais capaz de unir o partido, devido a suas posições moderadas, havia algumas opiniões, que a princípio não receberam muita atenção, que destoavam da opinião da absoluta maioria dos correligionários: enquanto Carter era contra a utilização do setor público na geração de empregos, seus aliados defendiam veementemente os estímulos diretos e mesmo a contratação de servidores públicos; além disso, várias vezes durante tanto a pré-candidatura como na corrida à Casa Branca, Carter falou da necessidade de um orçamento equilibrado. A despeito disso, foi nele que os democratas encontraram o candidato ideal para chegar à Casa Branca. O resultado disso foi verificado na apuração dos votos, em novembro, quando Carter foi eleito. Mas seria na hora de governar que as contradições de sua coalizão ficariam bastante visíveis.

Em contato com a bibliografia, logo constatamos que deveríamos levar em consideração três abordagens fundamentais ao se estudar o Governo Carter:

- 1) O estilo pessoal de Carter, suas crenças, suas escolhas, seu *mindset*, a cultura política na qual sua carreira foi forjada, i. e., uma possível

cultura política populista do Sul, como sugerido por alguns livros da bibliografia.

- 2) A relação do governo com o Partido Democrata, particularmente com os movimentos sociais; tanto o antigo movimento sindical como os novos movimentos identitários cuja emergência se deu na década de 60.
- 3) A dinâmica interna da burocracia estatal, particularmente levando-se em consideração que Carter, ao longo de seu mandato, foi progressivamente migrando de quadros oriundos do Partido, de movimentos sociais e de *think tanks* liberais para tecnocratas econômicos afinados com ideias monetaristas e restritivas em matéria de política econômica.

No trabalho de conclusão de curso, iniciamos este tipo de estudo pela análise de discursos de Jimmy Carter e dois livros de memória cotejados com sugestões oferecidas pela bibliografia em matéria de estilo de governo e forma de pensar a política. Particularmente um livro, o de JONES, forneceu-nos uma noção a respeito do Governo Carter que foi de suma importância para compreender o estilo pessoal do presidente: a de *trusteeship presidency*.

Para o autor, “President Carter interpreted his representational role as that of the trustee – an official entrusted to represent the public or national interest, downplaying short-term electoral considerations”. Mais adiante: “For the trustee, the focus tends to be on national over local interests. The style of the trustee emphasizes independence over strict instructions. And the method is more integrative than segmental, that is, it favors comprehensive approaches rather than issue-by-issue treatments.” (JONES, 1988, p. 4)

E, finalmente,

The trusteeship presidency carries with it assumptions about the congressional capacity to govern. Indeed, the parochial and electoral orientation of members of Congress, serving as delegates for their states and districts, defines the responsibilities of the trustee. As Woodrow Wilson put it: “Somebody must be trusted” [n.: Woodrow Wilson, *Congressional Government* (Boston, 1885), 283.]. In 1977, Jimmy Carter was, in his view, that somebody. (JONES, 1988, p. 8)

Logo a seguir, o autor cita uma entrevista com o próprio Carter, feita antes de ele ser eleito (mas já em 1976):

Congress is inherently incapable of unified leadership. That leadership has to got to come from the White House. . . .
. . . Congress is looking for strong leadership in the White House to make major comprehensive proposals. . . .
. . . I want them [members of Congress] to know that we represent the same people. There's no one in any congressional district in the nation that won't be my constituent if I become President. . . . I want to do a good job for them. (JONES, 1988, p. 5)

A imagem que Carter tinha do Congresso, como o lugar de atuação privilegiado dos *interest groups*, certamente dificultou bastante a relação do presidente com a instituição. Na verdade, esta é a ideia central do livro de Jones. (JONES, 1988)

Outra noção importante nos foi indicada por HARGROVE (1988), que é a de *politics as a mean to implement the common good*.

Cotejando-se estas duas noções, a de bem comum com a de *trusteeship presidency*, chega-se a uma visão de política como missão cívica (e talvez religiosa, visão corroborada por algumas menções de Carter e pessoas que o cercam), bem como a dos chamados *interest groups* como forças fragmentadoras e perturbadoras daquilo que deveria ser considerado o bem comum.

Analisamos os discursos de Carter na presidência e suas memórias conjuntamente, adotando uma abordagem transdocumental. Isto é, identificamos numa primeira leitura eixos temáticos que se repetiam em várias das unidades analisadas.

Feito este trabalho, pudemos identificar cinco categorias temáticas fundamentais:

- 1) *Government x people x interest groups*;
- 2) *Limits*;
- 3) *Private business, Free enterprise x Government*;
- 4) *Bureaucracy*;
- 5) *Efficient x Compassive Governments*;

O primeiro tema é, seguramente, o tópico mais comum nos discursos de Carter. Apesar de todos os cinco temas selecionados se relacionarem entre si, decidimos juntar o problema dos *interest groups* com a concepção que Carter faz do povo porque ambas as coisas compõem uma única visão da sociedade política americana: o povo é intrinsecamente bom; os *interest groups*, agindo em Washington (significante que quase sempre aparece disforizado, isto é, como algo negativo, um contraponto à sociedade política ideal), corrompem o funcionamento do sistema, tirando-o do caminho do *common good*. Se o governo, em vez de ficar refém dos interest groups, identificar-se com o povo, logo será impregnado pela sua bondade e capacidade inatos.

É importante notar ainda que este tema concentra-se nos discursos de convenção, posse e nos primeiros anos de governo. À medida que se deteriora a situação econômica e emergem alguns problemas específicos de política externa, Carter vai progressivamente deixando de lado esta problemática para se focar em tópicos específicos. Até porque a retórica da decadência da sociedade política está mais ligadas aos temas tocados na campanha: Watergate, lobbies, a deterioração do sistema político, a distância do Estado em relação ao povo.

Os temas 3 e 4 são potenciais fontes de atrito de Carter e sua equipe econômica com outros integrantes da administração. A título de ilustração, selecionamos dois exemplos extraídos da bibliografia.

O primeiro é em relação ao chamado Humphrey-Hawkins Bill, legislação proposta por parlamentares democratas que fixaria uma taxa de desemprego considerada “pleno emprego”, que deveria ser perseguida pelo governo. Caso a iniciativa privada desse indicações de que não seria capaz de absorver a força de trabalho ociosa, o governo ficaria obrigado a contratar trabalhadores nas faixas mais baixas de renda para suplementar a criação de empregos. A legislação proposta evidentemente desagradava aos economistas mais conservadores do governo, e foi objeto de disputa, terminando sancionada pelo presidente.

A Humphrey-Hawkins Bill fazia parte de um pacote que procurava incentivar o crescimento da economia americana no período inicial do mandato de Carter, em que os EUA passavam por uma recessão.

No entanto, como já foi dito, o crescimento econômico inicial em função de um pacote de medidas elevou a inflação, agravada pelo choque do petróleo. Carter, então,

finalmente achou que havia chegado a hora de implementar a disciplina fiscal que, afinal, segundo ele próprio em suas memórias, foi uma das bases de sua administração no governo da Georgia.

Um bom exemplo de como esses cortes fiscais se relacionam com os problemas enfrentados pelo governo com os movimentos sociais é o caso Abzug.

A participação ativa no governo por parte de movimentos sociais, por meio da obtenção de cargos em postos estratégicos, era uma estratégia bastante utilizada. E, de fato, encontraram em Carter um interlocutor muito bem disposto (as nomeações, além de serem um compromisso histórico de Carter com ações afirmativas, eram uma forma de aplacar a decepção por conta de temas polêmicos como o aborto, por exemplo, a que Carter era contrário). De qualquer forma, os movimentos sociais ressentiram-se do fato de que, uma vez dentro do governo, não havia dinheiro para tocar seus projetos. No caso das mulheres, por exemplo, Bella Abzug, chefe do *National Advisory Committee for Women* (NACW), criticou abertamente a escala de prioridades do governo Carter, afirmando que o fardo do desemprego e do baixo crescimento pesava de forma desigual sobre as mulheres. Acabou demitida, num acontecimento que envenenou de uma vez por todas a relação de Carter com o movimento. Isto aconteceu em janeiro de 1979. (FINK, GRAHAM, 1998).

Estes exemplos dados acima nos levaram, então, a uma firme crença de que a composição do gabinete de Carter, inclusive cargos de segundo escalão, poderia expor como esses conflitos entre diferentes grupos sociais se dá no âmbito do Estado, e como eles se relacionam com as culturas políticas existentes dentro e fora do partido democrata, assim como sua relação com um grupo de especialistas com crenças rígidas pertinentes a seu campo... crenças estas que, talvez constituam elas mesmas uma cultura política (ou quem sabe uma cultura econômica, com seus próprios dogmas, símbolos, *mindset*, rituais etc.?)

Esta abordagem, em nosso trabalho de conclusão de curso, foi feita através de exemplos de cotização de fontes de fácil acesso com a bibliografia disponível. Na pesquisa que se inicia em março de 2011, juntam muitas outras fontes de pesquisa que, de alguma forma, atendem aos objetivos e hipóteses desta pesquisa, e que permitem um olhar sobre as disputas de diferentes culturas políticas no âmbito do Estado, como

entrevistas do Projeto de História Oral do Miller Center, documentos da presidência enviados ao Congresso e relatórios de assessores econômicos de Carter.

Gostaria de encerrar tratando rapidamente das dificuldades enfrentadas por aqueles que se dedicam à História dos EUA no Brasil.

A primeira dificuldade, e a mais óbvia, é a distância de boa parte da documentação. Parte considerável da mesma está digitalizada na Internet; no entanto, como é muito comum nos EUA, estão em bancos de dados pagos e cujo acesso não está franqueado aos pesquisadores brasileiros, p. ex., pelo portal de periódicos da CAPES.

A segunda dificuldade é o fato de que os arquivos políticos estão dispersos pelos arquivos presidenciais, e não há tratamento sistemático de documentos produzidos por organizações que não sejam governamentais, como partidos.

A terceira dificuldade é um vício muito comum, imposto pela rarefação da documentação: a centralidade da figura do Presidente na escrita da história política americana. Apesar de ele ser, de fato, o plexo solar do sistema político americano, e haver uma verdadeira mitologia política em torno da figura presidencial, é verdade que este vício tem também a ver com o fato de que qualquer ato presidencial é fartamente documentado nos EUA. No que concerne ao pesquisador que trabalha com governos, é preciso evitar as tentações oferecidas pela facilidade da documentação e vasculhar nos níveis inferiores da administração e no seio dos movimentos sociais para atualizar-se de acordo com os novos preceitos da história política, e evitar, por razões externas a ele, praticar uma história política tradicional, restrita aos grandes vultos.

Estando a pesquisa ainda no início, o presente texto trata-se de apontar caminhos possíveis que serão trilhados nos próximos meses, a partir do início da pesquisa em março de 2011.

No que se refere ao governo Carter, procuramos ao menos insinuar as questões a respeito do conceito de culturas políticas que acreditamos poderem ser desenvolvidas no futuro: a relação das culturas políticas com a economia, particularmente com a economia política como conceito-elo entre as duas coisas; a relação do indivíduo com a cultura política, particularmente se tratando de um *outsider* como Jimmy Carter; o homem, o lugar histórico e as circunstâncias; o processo de *policy-making* e o Estado como lugar de disputa entre diferentes culturas políticas; o Estado e as estratégias de

ação de movimentos sociais; a relação entre sistema econômico e sistema partidário, detalhando os mecanismos de interligação entre ambos, e como se dá essa dinâmica.

Possibilidade de aprimoramento para futuras pesquisas: incorporação da política externa (excluída tanto em função das limitações de espaço como por conta de sua dinâmica de *policy-making* ser bastante diferente da política interna, e mesmo da política econômica, com pesos relativos distintos no que se refere à participação de movimentos sociais e especialistas); trabalhar melhor a dinâmica intrapartidária (apesar de a dificuldade de acesso às fontes ser um obstáculo considerável), pensando o Partido Democrata como um lugar de interação entre culturas políticas diversas, produzindo a unificação de estratégias e troca de experiências; necessidade de detalhar temas específicos e fundamentais do governo Carter, que acabaram passando batidos; examinar melhor como um movimento intelectual da Nova Esquerda (p. ex., o feminismo) se converte em movimentos identitários com organização e institucionalização intra e extrapartidária.

Bibliografia

- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- BIVEN, W. Carl. **Jimmy Carter's Economy**. Policy in an Age of Limits. Chapel Hill, London: The University of North Carolina Press, 2002.
- FINK, Gary M.; GRAHAM, Hugh Davis (ed.). **The Carter Presidency**. Policy Choices in the Post-New Deal Era. Lawrence: University Press of Kansas, 1998.
- HARGROVE, Erwin C. **Jimmy Carter as president: Leadership and the politics of the public good**. Baton Rouge: Louisiana State University, 1988.
- HAAS, Garland A. **Jimmy Carter and the Politics of Frustration**. Jefferson, London: McFarland & Co., 1992.
- JONES, Charles O. **The Trusteeship Presidency: Jimmy Carter and the United States Congress**. Baton Rouge, London: Louisiana State University Press, 1988.
- RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- WATTENBERG, Martin P. **The Decline of American Political Parties, 1952-1996**. Cambridge, London: Harvard University Press, 1996.
- WITCOVER, Jules. **Marathon: The Pursuit of the Presidency (1972-1976)**. New York: The Viking Press, 1977.